

# ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS BRASILEIRAS COM A ADOÇÃO DAS IFRS/CPC: UM ESTUDO COMPARATIVO DOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS PARA O ANO DE 2009

## Resumo

O objetivo deste estudo consiste em analisar, por meio de indicadores econômico-financeiros, o efeito da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade nas demonstrações contábeis das companhias abertas que fazem parte do Índice Ibovespa publicadas no ano de 2009 e rerepresentadas em 2010 com o intuito de verificar se houve mudanças significativas nesses indicadores. Foram efetuados testes de diferenças de médias para os seguintes indicadores das 57 empresas da amostra: participação de capitais de terceiros (endividamento), composição do endividamento, imobilização dos recursos não correntes, liquidez corrente, liquidez geral e rentabilidade do patrimônio líquido. As evidências apontaram que houve mudança significativa (diminuição) apenas no índice composição do endividamento com a rerepresentação das demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2009 de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil. Já com relação aos indicadores de endividamento, imobilização dos recursos não correntes liquidez geral, liquidez corrente e rentabilidade do patrimônio líquido, não percebe-se indícios de diferença significativa nos valores oriundos das demonstrações de 2009 “originais” e “rerepresentadas”.

## 1. Introdução

Nos últimos anos, alguns eventos têm contribuído para a harmonização mundial das normas internacionais de contabilidade, resultando em um vasto campo para a pesquisa. Um destes eventos, no contexto brasileiro, foi à criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Criado em 2005, para emitir normas brasileiras com base nas IFRS, o CPC tem como objetivo o preparo e emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre Procedimentos de Contabilidade.

Devido às várias mudanças ocorridas após a aprovação da Lei 11.638/07 e da criação do CPC, a importância na análise das demonstrações financeiras se torna relevante, pois estas são um importante instrumento de análise do desempenho econômico-financeiro das empresas, por usuários internos e externos.

Diante de tal importância o presente estudo aborda a questão das possíveis mudanças ocorridas nos indicadores econômico-financeiros de companhias brasileiras abertas, calculados com base nas demonstrações contábeis publicadas em 2009 e rerepresentadas em 2010 das companhias abertas que fazem parte do Índice IBOVESPA.

O contexto desta pesquisa é construído a partir das recentes alterações ocorridas no marco regulatório da contabilidade financeira brasileira. A Lei 11.638/07 trouxe consideráveis mudanças para as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas mudanças começaram a vigorar a partir do exercício de 2008, em sua primeira etapa e a partir do exercício de 2010 para sua segunda e última etapa. Em primeiro de janeiro de 2008 a citada Lei entrou em vigor, alterando e introduzindo novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações (6.404/76). No ano de 2010 as companhias já estavam obrigadas a fazerem suas publicações de acordo com as Normas Internacionais.

Assim, o problema desta pesquisa é formulado pela seguinte pergunta: Qual o impacto da adoção das IFRS/CPC nas demonstrações contábeis das companhias que fazem parte do Índice IBOVESPA publicadas nos anos de 2009 e rerepresentadas em 2010?

Coerente com o problema que orientou esta pesquisa, tem-se como objetivo geral analisar, por meio de indicadores econômico-financeiros, o efeito da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade nas demonstrações contábeis das companhias abertas que

fazem parte do Índice IBOVESPA publicadas nos anos de 2009 e reapresentadas em 2010 com o intuito de verificar se houve mudanças significativas nesses indicadores.

A pesquisa foi motivada pela grande ênfase que tem sido dada à aceitação do padrão IFRS, pelos resultados positivos que a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) trouxe para o país e pela possibilidade de comparar as demonstrações publicadas no ano de 2009, em concordância com as normas brasileiras, e reapresentadas em 2010, de acordo com as IFRS/CPC. Destaca-se que neste último ano se tornou obrigatório a adoção das Normas Internacionais para tais companhias.

O artigo está dividido em quatro seções, além desta Introdução; a seção 1 apresenta o referencial teórico que aborda a adoção das IFRS e CPC no Brasil, a apresentação das demonstrações contábeis e a análise econômico-financeira das demonstrações contábeis; a seguir, na seção 2, são apresentados os procedimentos metodológicos, na seção 3 a análise dos resultados e, por último, na seção 4 as considerações finais.

## 2. Adoção das IFRS e CPC no Brasil

Segundo Deloitte (2008) o mundo rumo claramente para a convergência contábil. Mais de 100 países já adotam o *International Financial Reporting Standards* (IFRS), o padrão contábil que tende a ser globalmente aceito para as demonstrações financeiras. Ainda segundo o autor as normas relativas a esse modelo são publicadas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e implicam um ambiente de preparação de demonstrações financeiras que requer mais julgamento e menos diretrizes baseadas em regras detalhadas.

O movimento de convergência para as Normas Internacionais como prática contábil geralmente aceita no âmbito global está acelerado. Dentre os recentes acontecimentos que marcam o processo de convergência para o IFRS no Brasil, destacam-se:

- a Lei nº 11.638/07, que veio para acelerar o processo de convergência entre as práticas contábeis adotadas no Brasil com o IFRS (DELOITTE, 2008);
- a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por meio da Instrução nº 457/07, determina que as companhias abertas deverão, a partir do exercício findo em 2010, apresentar suas demonstrações financeiras consolidadas adotando o padrão contábil internacional (CVM, 2011);
- o Banco Central do Brasil (BC) emitiu o Comunicado 14.259/06, exigindo que as demonstrações de instituições financeiras sejam preparadas com base no IFRS a partir de 2010 (DELOITTE, 2008); e
- a criação de uma regulamentação de governança corporativa pela Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) que requer que companhias listadas no Nível II e no Novo Mercado apresentem suas demonstrações financeiras reconciliadas com o IFRS ou com os *Generally Accepted Accounting Principles in the United States* (US GAAP), princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos (DELOITTE, 2008).

As expectativas quanto à adoção do padrão IFRS são grandes por resultar em mudanças fundamentais no ambiente de negócios, principalmente por reduzir a variedade de normas contábeis que as companhias devem seguir em cada país em que opera. Como há considerável variação na qualidade contábil e eficiência econômica entre os países, uma linguagem comum internacional poderá trazer grandes benefícios para a análise econômico-financeira das companhias de países e regiões diferentes (CALIXTO, 2010).

Complexidade reduzida, maior transparência, comparabilidade e eficiência são alguns dos benefícios da adoção do IFRS. Em função das necessidades de convergência internacional das normas contábeis (redução de custo de elaboração de relatórios contábeis, redução de riscos e custo nas análises e decisões, redução de custo de capital); da centralização na

emissão de normas dessa natureza; e na representação e processo democráticos na produção dessas informações criou-se o Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (CPC, 2011)

O CPC foi criado em 2005, mediante acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.055/2005 e da união dos esforços e comunhão de objetivos de várias entidades relacionadas à contabilidade no país, como: Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), Associação dos Analistas e Profissionais do Mercado Financeiro de Capitais (APIMEC), Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), CFC, Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon). O órgão tem como objetivo o preparo e emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre Procedimentos de Contabilidade.(CPC, 2011)

No contexto brasileiro, o CPC trouxe resultados positivos para o país, tendo em vista os seus esforços para centralização e uniformização do processo de produção de normas pela entidade reguladora, por levar em conta a convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais.

No Quadro 1 a seguir são listados os pronunciamentos emitidos pelo CPC e as respectivas deliberações da CVM, aprovando os pronunciamentos até o ano de 2011.

<b>Pronunciamento Técnico</b>	<b>Deliberação CVM</b>
Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	675/11
CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	639/10
CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	640/10
CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa	641/10
CPC 04 - Ativo Intangível	644/10
CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas	642/10
CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil	645/10
CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais	646/10
CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	649/10
CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado	557/08
CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações	650/10
CPC 11 - Contratos de Seguro	563/08
CPC 12 - Ajuste a Valor Presente	564/08
CPC 13 - Adoção Inicial da Lei n°. 11.638/07 e da Medida Provisória n°. 449/08	565/08
CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação	
CPC 15 - Combinação de Negócios	665/11
CPC 16 – Estoques	575/09
CPC 18 - Investimento em Coligada e em Controlada	605/09
CPC 19 - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture)	666/11
CPC 20 - Custos de Empréstimos	672/11
CPC 21 - Demonstração Intermediária	673/11
CPC 22 - Informações por Segmento	582/09
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	592/09
CPC 24 - Evento Subseqüente	593/09
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	594/09
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	676/11
CPC 27 - Ativo Imobilizado	583/09
CPC 28 - Propriedade para Investimento	584/09
CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola	596/09
CPC 30 – Receitas	597/09
CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada	598/09
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	599/09
CPC 33 - Benefícios a Empregados	600/09
CPC 35 - Demonstrações Separadas	667/11
CPC 36 - Demonstrações Consolidadas	668/11
CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	647/10
CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração	604/09
CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação	604/09
CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	604/09
CPC 41 - Resultado por Ação	636/10
CPC 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 41	651/10
CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (R1) (com Glossário de Termos)	

## **CPC emitidos até 2011 e aprovação pela CVM**

Fonte: CPC (2011)

De acordo com Iudícibus, Martins e Gelbcke (2009), as mudanças mais relevantes que decorrem do processo de internacionalização dos padrões contábeis são as seguintes: primazia da essência sobre a forma, normas contábeis orientadas por princípios e necessidade do exercício do julgamento por parte dos profissionais de contabilidade. Ainda segundo os autores, esses pontos não são explícitos nas leis que estão promovendo a mudança no marco regulatório da contabilidade brasileira, mas ao se considerar a natureza das normas que estão sendo adotadas tem-se que essa mudança de filosofia deve permear todo processo de convergência dos padrões contábeis.

O processo de convergência de normas contábeis desencadeou-se pela necessidade de comparação dos números gerados pela contabilidade. Essa comparação se refere tanto aos resultados de uma mesma empresa ao longo dos anos, quanto com outras empresas nacionais

e internacionais. Infere-se, pela importância que o tema ganhou nos últimos anos no cenário nacional e internacional, bem como, pela necessidade de se avaliar o nível de comparação atingido com a adoção das IFRS, que estudos sobre o impacto das mudanças de normas e práticas no cenário contábil nacional tornam-se relevante.

### **3. Apresentação das Demonstrações Financeiras**

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC-026 (CPC, 2011), o objetivo das demonstrações Contábeis é proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhes foram confiados.

Segundo Santos (2008), as demonstrações financeiras apresentadas e divulgadas no âmbito das Normas Internacionais IFRS obedecem aos requisitos de todas as normas e interpretações técnicas vigentes, que são desenvolvidas lastreadas em conceitos, definições e critérios descritos na estrutura conceitual.

É importante reconhecer os usuários no processo de elaboração das demonstrações contábeis. Para Santos (2008), as Normas Internacionais visam o atendimento de tais usuários que podem ter os mais variados interesses nestas informações, e estar localizados em qualquer ponto do planeta. Em consequência, ainda de acordo com o autor, o compromisso firme de aderência aos requisitos das normas internacionais é a referência relevante para o conforto necessário de todo usuário de que a informação financeira disponível é útil às suas necessidades e confiável para suas tomadas de decisões.

As Demonstrações Contábeis são parte integrante das informações financeiras divulgadas por uma entidade. O conjunto completo de Demonstrações Contábeis compreende balanço patrimonial, a demonstração do resultado do período, a demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, notas explicativas e a demonstração do valor adicionado (CPC-026, (2011).

As informações sobre a posição patrimonial e financeira são principalmente fornecidas pelo Balanço Patrimonial. Em conformidade com as Normas Internacionais, o Balanço Patrimonial é a demonstração que proporciona aos usuários externos, informações inerentes à posição financeira de uma entidade (SANTOS, 2008).

Segundo Gelbcke et al. (2010), a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é a apresentação, em forma resumida, das operações realizadas pela empresa, durante o exercício social, demonstradas de forma a destacar o resultado líquido do período, incluindo o que se denomina de receitas e despesas realizadas.

A Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) incluem as mutações do patrimônio líquido que não representam receitas e despesas realizadas. Gelbcke et al. (2010) relatam o seguinte sobre a DRA:

A DRA é elaborada a partir da soma do resultado líquido apresentado na DRE com os outros resultados abrangentes, conforme determinam Pronunciamentos, Interpretações e Orientações que regulam a atividade contábil. Logo, o Resultado Abrangente Total corresponde à total modificação no patrimônio líquido que não seja constituída pelas transações de capital entre a empresa e seus sócios.

Para Santos (2008), a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), de certa forma, apresenta além do capital próprio investido pelos sócios, o desempenho evidenciado na demonstração do resultado e as alterações na posição financeira proveniente das mudanças nos níveis de benefícios econômicos líquidos embutidos nos ativos e passivos.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) deve divulgar os fluxos de caixa durante o período classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento. De acordo com Ernst & Young (2010) para facilitar a compreensão sobre a DFC depois das IFRS, foi criado a IAS 7 (norma) que tem por objetivo requerer a divulgação de informações sobre as alterações históricas de caixa e seus equivalentes de uma empresa.

De acordo com o CPC-026 (2011) as notas explicativas devem apresentar a informação acerca da base para a elaboração específica utilizada, divulgar a informação requerida pelos Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações do CPC que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis e prover informação adicional que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis, mas que seja relevante para sua compreensão.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) a partir da aprovação da Lei nº 11.638/07 se tornou obrigatória para as companhias abertas. A DVA tem por objetivo demonstrar o valor da riqueza gerada pelas atividades da empresa como resultante de um esforço coletivo e sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a sua criação (GELBCKE et al. 2010). Ressalta-se que a DVA não é demonstração obrigatória de acordo com as Normas Internacionais, devendo compor as informações complementares dos relatórios contábeis, relacionadas com aspectos de cunho ambiental e social.

#### **4. Análise Econômico-Financeira das Demonstrações Contábeis**

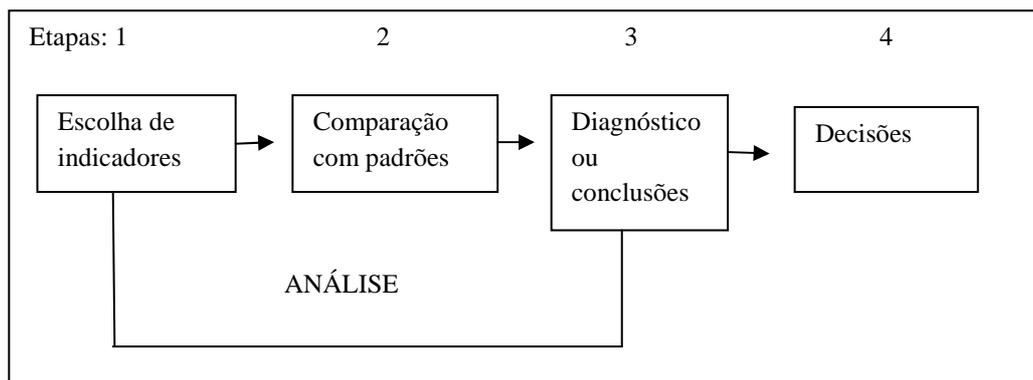
A análise das demonstrações contábeis surgiu e desenvolveu-se dentro do sistema bancário, com origem no final do século XIX, quando banqueiros americanos passaram a solicitar balanços às empresas tomadoras de empréstimos. Ao longo do tempo passou a ser realizada a comparação dos diversos itens do balanço. Alexander Wall apresentou, a partir de 1919, um modelo de análise por meio de índices. Em 1925, Stephen Gilman, realizando algumas críticas à análise de coeficientes, propôs a realização de uma análise que indicasse as variações ocorridas nos principais itens do balanço em relação a um ano-base. (MATARAZZO, 2003; PEREIRA, FERREIRA, MACHADO, 2008 apud ARAUJO et al. 2011).

Segundo Franco (1992), analisar uma demonstração é decompô-la nas partes que a formam, para melhor interpretação de seus componentes. Ainda segundo o autor a análise das demonstrações contábeis é necessária para:

Como as principais demonstrações contábeis são exposições dos componentes patrimoniais e de suas variações, a elas recorremos quando desejamos conhecer os diferentes aspectos da situação patrimonial e de suas variações. Sendo demonstrações sintéticas, não oferecem informações detalhadas sobre o estado patrimonial e sobre suas variações. Daí a necessidade de aplicação da técnica contábil denominada análise das demonstrações contábeis, também conhecida como análise de balanços.

A análise de balanços deve ser entendida dentro de suas possibilidades e limitações. De um lado, mais aponta problemas a serem investigados do que indica soluções; de outro, desde que convenientemente utilizada, pode transformar-se num poderoso “painel de controle” da administração (IUDÍCIBUS, 2008).

Matarazzo (2010) defende que a análise de balanços baseia-se no raciocínio científico. Na maioria das ciências, o processo de tomada de decisões obedece mais ou menos a sequência da figura a seguir:



**Figura 1: Processo de tomada de decisões**

Fonte: Matarazzo (2010, p. 7).

Segundo Assaf Neto (2010), as duas principais características de uma empresa são a comparação dos valores obtidos em determinado período com aqueles levantados em períodos anteriores e o relacionamento desses valores com outros afins. Dessa maneira, pode-se afirmar que o critério básico que norteia a análise de balanços é a comparação. Isso é feito por meio da análise econômico-financeira das demonstrações contábil-financeiras, que se utiliza, de maneira geral, para este fim, de uma série de índices calculados a partir de relações entre contas ou grupos de contas das demonstrações contábeis.

Considerando o objetivo do IASB de alcançar a comparabilidade dos números gerados pela contabilidade nas diversas companhias, a análise de balanços pode ser um instrumento de aferição desse objetivo.

Matarazzo (2010) define Índice como a relação entre contas ou grupo de contas das Demonstrações Financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa. Segundo o autor, para se desenvolver uma boa pesquisa não é necessário o cálculo de grande número de índices, mas de um conjunto de índices, bem selecionados, que permita conhecer a situação da empresa. A seleção dos índices e da quantidade desses deve estar relacionada com a profundidade desejada na análise e o seu objetivo. Padovese e Benedicto (2007) acrescentam que a análise começa com a separação dos dados para a sua combinação, tendo o intuito de viabilizar a interpretação conforme o objetivo da análise, com a tradução das demonstrações contábeis em indicadores econômico-financeiros.

Matarazzo (2010) subdivide a análise de demonstrações contábil-financeiras em índices que evidenciam a situação financeira (estrutura e liquidez) e índices que evidenciam a situação econômica (rentabilidade). Assaf Neto (2010) complementa com alguns grupos de indicadores importantes tais como: a) cobertura das exigibilidades e dos juros; b) análise de ações; e c) indicadores de desempenho do imobilizado.

No caso do presente estudo os índices selecionados foram aqueles que melhor retrataram a situação patrimonial da empresa, ou seja, aqueles que indicaram o endividamento (participação de capital de terceiros), a composição do endividamento, a imobilização dos recursos não correntes, a liquidez corrente e geral e a rentabilidade do patrimônio líquido. Estes índices foram escolhidos devido ao objetivo deste estudo e a profundidade a ser dada ao processo de análise.

## 5. Estudos anteriores relacionados ao tema

Em referência a alguns estudos com objetivos similares, Neto, Dias e Pinheiro (2009) analisaram o impacto nos indicadores econômico-financeiros de empresas brasileiras abertas

ante a apresentação das demonstrações contábeis em padrão IFRS, concluindo que houve diferenças entre os indicadores calculados com base nas demonstrações contábeis elaboradas de acordo com cada padrão contábil. Contudo, os autores constataram, por meio da análise de correlação e do teste Qui-Quadrado, que os indicadores econômico-financeiros não são afetados de maneira estatisticamente significativa pelas diferenças existentes entre as normas contábeis brasileiras e as internacionais, demonstrando a inexistência de assimetria de informação nas empresas analisadas.

O estudo de Callao (2009) teve como objetivo descobrir o impacto quantitativo das IFRS sobre os relatórios financeiros dos países europeus e avaliar se este impacto é conectado com o sistema de contabilidade tradicional em que cada país é classificado. Os resultados obtidos pelos autores mostraram que a primeira aplicação do IFRS teve efeitos diferentes sobre os relatórios financeiros entre os países.

Araujo et al. (2011) compararam os indicadores econômico-financeiros de empresas brasileiras de capital aberto, listadas na BOVESPA, dentre os vários índices analisados os autores concluíram que houve mudança significativa (aumento) apenas no índice de endividamento com a reapresentação das demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2007 de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Silva et al. (2010) analisaram, a partir da percepção dos profissionais contábeis, quais as dificuldades na adoção das IFRS e os impactos prováveis no patrimônio e resultado, para as companhias brasileiras de saneamento. Após a aplicação de questionários aos profissionais responsáveis pelas informações contábeis das empresas brasileiras do setor de saneamento, os autores concluíram que a adoção das IFRS proporcionará impactos no balanço e no resultado para as empresas do setor.

O trabalho de Silva e Nakao (2011) verificou o nível de evidenciação nas demonstrações financeiras de empresas com diferentes sistemas jurídicos e atividades que adotaram pela primeira vez as IFRS, apontando que as empresas em estudo não estão completamente de acordo com as exigências da IFRS 1.

O estudo de Fernandes et al. (2011) mostraram a percepção de docentes que lecionam nos cursos de graduação em Ciências Contábeis do Brasil em relação à função e atuação do CPC, concluindo que grande parte dos docentes reconhece o CPC como entidade de classe responsável pela convergência no país, contribuindo para a melhoria na qualidade da informação contábil. Ainda segundo a pesquisa, os docentes também concordaram que o órgão irá fortalecer a classe contábil, atribuindo-lhe autoridade substantiva.

## **6. Aspectos Metodológicos**

A abordagem metodológica deve ser adequada para analisar o impacto das diferenças entre os procedimentos contábeis previstos antes e depois da Lei 11.638/07 nos indicadores econômico-financeiros do exercício de 2010, calculados com base nas demonstrações contábeis publicadas em 2009 e reapresentadas em 2010 nas companhias abertas que fazem parte do Índice IBOVESPA.

Neste sentido, a presente pesquisa é caracterizada como descritiva e qualitativa. Segundo Gil (2002), “a pesquisa do tipo descritiva procura descrever as características de determinada população ou fenômeno, incluindo aquelas que visam estabelecer relações entre variáveis”. Richardson (1989, p.29) classifica o método quantitativo como:

O método quantitativo, como o próprio nome indica, caracteriza-se pelo emprego da qualificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas através de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc.

A amostra desta pesquisa, foi composta pelas empresas que fazem parte do Índice IBOVESPA, que compreende companhias abertas não financeiras com ações de maior liquidez na Bolsa de Valores de São Paulo, que apresentaram suas demonstrações no ano de 2009 e reapresentaram em 2010, contendo as alterações de critérios contábeis definidas pela Lei 11.638/07, MP 449/08 e Pronunciamentos do CPC para fins comparativos. A escolha destes anos se justifica pelo fato de que no ano de 2009 as demonstrações contábeis foram publicadas de acordo com as normas brasileiras, e em 2010 de acordo com as IFRS/CPC, destacando que neste último ano se tornou obrigatório a adoção das Normas Internacionais.

Foram excluídos desta amostra os bancos e as seguradoras da pesquisa, já que eles não apresentaram suas demonstrações de forma completa em IFRS, conforme autorização de seus respectivos órgãos reguladores. A partir desse recorte, a análise foi feita considerando-se 57 empresas listadas na Bovespa.

Os indicadores escolhidos para o referido estudo foram selecionados com base na revisão da literatura sobre análise de demonstrações contábeis e de acordo com a previsão do impacto das mudanças ocorridas nas práticas contábeis adotadas no Brasil. A escolha por tais indicadores ocorreu principalmente para que fosse possível observar a situação econômico-financeira das empresas selecionadas no ano de 2009 e reapresentadas em 2010.

Os indicadores utilizados foram calculados da mesma forma tanto para as demonstrações contábeis referente ao exercício de 2009 quanto para as demonstrações reapresentadas em 2010, referente ao exercício de 2009, com as alterações previstas pela Lei 11.638/07, MP 449/08 e Pronunciamentos Técnicos do CPC. Essa uniformidade metodológica possibilitou a comparação dos indicadores.

Considerando o objetivo deste estudo e a profundidade a ser dada ao processo de análise, os indicadores econômico-financeiros escolhidos foram os seguintes:

ÍNDICE	FÓRMULA	INTERPRETAÇÃO
<b>Estrutura de capital</b>		
Participação de Capitais de Terceiros (endividamento)	$(\text{Capitais de terceiros}) / (\text{Patrimônio Líquido})$	A participação do capital de terceiros em relação ao capital próprio da entidade indica a dependência da empresa em relação aos recursos externos. Quanto menor, melhor.
Composição do endividamento	$(\text{Passivo Circulante}) / (\text{Capitais de Terceiros})$	Representa a composição do Endividamento Total ou qual a parcela que se vence a Curto Prazo, no Endividamento Total. Quanto menor, melhor.
Imobilização do Patrimônio Líquido	$(\text{Ativo Permanente}) / (\text{Patrimônio Líquido})$	Indica o percentual do patrimônio líquido que está aplicado no ativo permanente. Quanto menor este índice, melhor será a situação financeira da empresa.
<b>Liquidez</b>		
Liquidez Geral	$(\text{Ativo Circulante} + \text{Real. Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Exig. a Longo Prazo})$	Detectar a saúde financeira de longo prazo do empreendimento. Quando esse indicador é maior do que 1, subteme que a empresa tem condições de pagar suas dívidas com os seus direitos realizáveis.
Liquidez Corrente	$(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$	Relaciona quantos reais a empresa dispõe, imediatamente disponíveis e conversíveis em dinheiro, com relação as dívidas de curto prazo. Quanto maior, melhor.
<b>Rentabilidade (ou Resultados)</b>		
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	$(\text{Lucro Líquido}) / (\text{Patrimônio Líquido Médio})^1$	Quanto os empresários da empresa estão obtendo de retorno em relação aos seus recursos investidos no empreendimento. Quanto maior, melhor.

## Quadro 2: Indicadores de estrutura, liquidez e rentabilidade

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2010) e Iudícibus (2008).

<sup>1</sup> Patrimônio Líquido Médio:  $(\text{Patrimônio Líquido Anterior} + \text{Patrimônio Líquido Atual}) / 2$  (Adaptado de Matarazzo, 2010 e Iudícibus, 2008).

Com base no problema levantado e buscando verificar se existem indícios de diferenças significativas entre os índices calculados para as demonstrações contábeis do ano de 2009, antes e depois das alterações previstas pela Lei 11.638/07, algumas hipóteses estatísticas foram definidas. Para tanto, foi testado se a média do índice calculado para os demonstrativos publicados em 2009 “originais” é igual à média do índice calculado para os demonstrativos de 2009 “reapresentados” depois da Lei 11.638/07, elaborando-se assim a seguinte hipótese: H0: não há diferenças significativas entre os indicadores.

Para testar as diferenças nos índices das demonstrações contábeis de 2009 “originais” e 2009 “reapresentadas” foi utilizado um teste de diferenças de médias para duas amostras pareadas.

A escolha do teste para amostras pareadas depende da avaliação do pressuposto básico de que as variáveis (indicadores) tenham distribuição normal. Para o teste do referido pressuposto foi utilizado o teste de “Kolmogorov-Smirnov”, tendo como referência um nível de significância de 0,05. A análise prévia dos dados indica que, dos índices selecionados para o estudo, apenas os índices “composição do endividamento” e “imobilização dos recursos não correntes” apresentaram distribuição normal. Devido a esta análise de que a maior parte dos índices não apresentou distribuição normal, foi utilizado o teste não paramétrico mais indicado para o caso de duas amostras pareadas: teste não paramétrico de “Wilcoxon”.

O teste não paramétrico de “Wilcoxon”, segundo descrito por Neto e Stein (2008) é aplicado quando estão em comparação dois grupos relacionados e a variável deve ser de mensuração ordinal.

Também foi realizado, neste estudo, o teste de diferenças de médias. Anderson, Sweeney e Williams (2007, p.354) definem este método estatístico da seguinte forma:

Duas amostras, tomadas separada e independentemente, são chamadas amostras aleatórias simples independentes. Para fazermos uma inferência sobre essa diferença, selecionamos uma amostra aleatória simples de  $n_1$  unidades da população 1 e uma amostra aleatória simples de  $n_2$  unidades da população 2. Referimo-nos a essa situação como o caso em que  $\alpha_1$  e  $\alpha_2$  são conhecidos.

Os testes utilizados nesta pesquisa, teste não paramétrico de Wilcoxon e teste de diferenças de médias, foram aplicados igualmente para a amostra selecionada e os respectivos anos em estudo.

## **7. Análise dos Resultados**

A Tabela 1 a seguir apresenta estatísticas descritivas dos indicadores econômico-financeiros calculados com base nas demonstrações contábeis do exercício de 2009 publicadas originalmente em 2009 e nas demonstrações contábeis do exercício de 2009 reapresentadas para fins de comparação em 2010, das 57 empresas componentes da amostra.

**Tabela 1 – Estatísticas descritivas dos indicadores selecionados**

Variáveis	Média		Desvio padrão		Mínimo		Máximo	
	2009 (original)	2009 (reapresentada)	2009 (original)	2009 (reapresentada)	2009 (original)	2009 (reapresentada)	2009 (original)	2009 (reapresentada)
Endividamento	1,004	0,957	1,409	1,398	-3,022	-2,954	7,700	8,277
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	0,242	0,264	0,455	0,452	-0,338	-0,141	3,009	3,009
Composição do endividamento	0,446	0,422	0,248	0,247	0,060	0,060	1,000	1,000
Imobilização dos recursos não correntes	0,772	0,757	0,225	0,239	0,314	0,059	1,288	1,295
Liquidez Geral	8,923	9,401	31,744	31,818	0,669	0,661	233,329	233,329
Liquidez Corrente	2,920	3,328	4,235	5,134	0,216	0,217	22,461	25,254

Pode-se observar, a partir dos dados contidos na Tabela 1, que não há aparentemente mudanças significativas nas medidas estatísticas dos indicadores: (i) rentabilidade do patrimônio líquido, (ii) composição do endividamento e (iii) imobilização dos recursos não correntes. Os indicadores endividamento, liquidez geral e liquidez corrente apresentaram uma variação diferenciada em relação aos demais indicadores em termos de média, desvio padrão e valor máximo. Destaca-se que esta análise comparativa é parcial e só pode ser confirmada com o teste estatístico específico de diferenças de médias.

A Tabela 2 a seguir apresenta o resultado do teste não paramétrico de diferença de médias para amostras pareadas para cada um dos indicadores mostrando a estatística *Z*, o *p-value* e a decisão do teste baseado em um nível de significância de 0,05 para cada indicador.

**Tabela 2 - Diferença de médias – Indicadores**

Variáveis	<i>Z</i>	<i>p-value</i>	Decisão
Endividamento	-0,8012	0,4230	Não rejeitar H0
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	-0,8100	0,4179	Não rejeitar H0
Composição do endividamento	-3,3545	0,0008	Rejeitar H0
Imobilização dos recursos não correntes	-1,4766	0,1398	Não rejeitar H0
Liquidez Geral	-1,0031	0,3158	Não rejeitar H0
Liquidez Corrente	-0,5737	0,5661	Não rejeitar H0

A aplicação do teste foi realizada para toda a amostra de empresas de forma consolidada, com a análise sendo feita para cada índice econômico-financeiro individualmente.

O teste utilizado foi o teste não paramétrico de Wilcoxon, explicado anteriormente. A decisão de “Rejeitar H0” pode ser interpretada como indicativo de existência de diferença significativa entre o indicador calculado para as demonstrações contábeis de 2009 originais e para as demonstrações contábeis de 2009 rerepresentadas para fins de comparação. Ou seja, a diferença entre o indicador antes e o indicador depois para a amostra selecionada é significativa. Quando ocorreu a decisão “Não rejeitar H0”, indica para inexistência de diferenças significativas nos indicadores calculados para as demonstrações contábeis de 2009 originais e para as demonstrações contábeis de 2009 rerepresentadas.

O resultado do teste pareado do indicador ‘composição do endividamento’ demonstra que o *p-value* é menor que o nível de significância estabelecido, com a hipótese nula sendo rejeitada. Com isso, pode-se afirmar que, a um nível de significância de 0,05, que a média dos índices de composição do endividamento oriundos das demonstrações contábeis de 2009 “originais” é significativamente diferente da média dos índices de composição do endividamento oriundos das demonstrações contábeis de 2009 “rerepresentadas” dessas mesmas empresas para fins comparativos.

O teste aplicado apontou para o fato de que existiu um número significativamente maior de empresas que diminuiu o índice de composição do endividamento (37 dos 49 casos em que ocorreu diminuição da composição do endividamento) em comparação com aquelas que tiveram este índice aumentado (12 dos 49 casos). Esse efeito pode ser derivado de alterações que afetaram o passivo, principalmente o passivo exigível a longo prazo, com efeito maior no aumento deste componente e sem efeito compensatório ou com diminuição no passivo circulante.

De forma geral, os efeitos no índice de composição do endividamento podem ter ocorrido em virtude das alterações nos seguintes itens: a) o aumento do componente passivo exigível a longo prazo (35 dos 45 casos em que ocorreu aumento da composição do endividamento); b) a diminuição do passivo circulante (24 dos 45 casos); e c) os dois simultaneamente (14 dos 45 casos). Entretanto, pode-se perceber um indicativo de que os efeitos no componente passivo exigível a longo prazo foram mais importantes como causa da diferença significativa do índice de composição do endividamento entre os dois grupos “demonstrações de 2009 originais” e “demonstrações de 2009 rerepresentadas”.

Para os demais indicadores analisados, o resultado do teste pareado demonstra que o *p-value* é maior que o nível de significância estabelecido, com a hipótese nula não sendo rejeitada. Com isso, pode-se afirmar que, a um nível de significância de 0,05, a média dos índices de endividamento, rentabilidade do P.L, imobilização dos recursos não correntes, liquidez geral e liquidez corrente, oriundos das demonstrações contábeis de 2009 “originais” não é significativamente diferente da média desses mesmos índices oriundos das demonstrações contábeis de 2009 “rerepresentadas” dessas mesmas empresas.

O teste aplicado apontou ainda os seguintes fatos:

- quanto ao índice de endividamento, ocorreu o mesmo valor antes e depois no caso de cinco empresas, sendo que esse índice foi afetado em 25 empresas com seu aumento e em 27 com sua diminuição, mas sem magnitude significativa para alteração da média entre os dois grupos (antes e depois);
- quanto ao índice de imobilização dos recursos não correntes, ocorreu o mesmo valor antes e depois no caso de três empresas, sendo que esse índice foi afetado em 20 empresas com seu aumento e em 34 com sua diminuição, mas sem magnitude significativa para alteração da média entre os dois grupos (antes e depois);
- quanto ao índice de rentabilidade do patrimônio líquido, ocorreu o mesmo valor antes e depois no caso de cinco empresas, sendo que esse índice foi afetado em 28 empresas com seu aumento e em 24 com sua diminuição, mas sem magnitude significativa para alteração da média entre os dois grupos (antes e depois);

- quanto ao índice de liquidez geral, ocorreu o mesmo valor antes e depois no caso de oito empresas, sendo que esse índice foi afetado em 24 empresas com seu aumento e em 25 com sua diminuição, mas sem magnitude significativa para alteração da média entre os dois grupos (antes e depois); e
- quanto ao índice de liquidez corrente, ocorreu o mesmo valor antes e depois no caso de nove empresas, sendo que esse índice foi afetado em 22 empresas com seu aumento e em 26 com sua diminuição, mas sem magnitude significativa para alteração da média entre os dois grupos (antes e depois).

## 8. Considerações Finais

O presente trabalho teve como objetivo principal analisar, por meio de indicadores econômico-financeiros, o efeito da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade nas demonstrações contábeis das companhias que fazem parte do Índice IBOVESPA publicadas nos anos de 2009 e rerepresentadas em 2010 com o intuito de verificar se houve mudanças significativas nesses indicadores. Para a consecução deste objetivo, foi desenvolvido um estudo empírico-analítico de natureza descritiva.

As evidências empíricas sugerem que a média do indicador de composição do endividamento calculado a partir das demonstrações contábeis de 2009 “originais” é significativamente diferente da média do mesmo indicador calculado a partir das demonstrações contábeis de 2009 “rerepresentadas” para fins de comparabilidade. Ressalta-se que esse índice apresentou uma tendência de baixa para as demonstrações contábeis de 2009 rerepresentadas, com indícios de que a principal causa para esta diminuição foi o aumento significativo do passivo exigível a longo prazo e a diminuição no passivo circulante. Estas alterações podem ser derivadas das alterações na legislação societária.

Quanto à média dos indicadores endividamento, imobilização dos recursos não correntes, rentabilidade do patrimônio líquido, liquidez geral e liquidez corrente, calculada com base nas demonstrações de 2009 “originais”, não tiveram indícios de diferença significativa com relação à média desses mesmos indicadores calculada com base nas demonstrações de 2009 “rerepresentadas”.

Em resposta à questão de pesquisa, infere-se que a adoção das IFRS/CPC provocou uma significativa diminuição no índice composição do endividamento das empresas que fazem parte do Índice IBOVESPA referente ao período de 2009, porém, essa diferença não é percebida nos demais índices analisados. Com este resultado, avalia-se que as maiores alterações introduzidas no balanço de transição (2009) referiram-se a contas do Passivo (de curto e longo prazos), as quais foram capturadas pelo índice de composição do endividamento. Ressalta-se que estas conclusões se limitam à amostra e ao período analisado, tendo em vista a metodologia empregada na construção da pesquisa empírica.

Vale ressaltar ainda que os relatórios contábeis do ano de 2009, refeitos em função da adoção das IFRS, mas necessário para permitir a comparação com o ano de 2010, foram apurados numa situação *sui generis* os números foram apurados após boa parte das transações estimadas se confirmarem, ou não, e à luz de um diferente cenário econômico. Assim esta comparação dos indicadores precisa ser vista com certa precaução, o que não invalida os resultados alcançados, considerando que todas as empresas da amostra elaboraram seus relatórios contábeis sob a égide da mesma situação.

## 9. Referencial Teórico

ARAUJO, Marcelo Bicalho Viturino de; BRAGA, Josué Pires; CORROAR, Luiz João; MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva. Análise do impacto das mudanças nas Normas

Contábeis Brasileiras: um estudo comparativo dos indicadores econômico financeiros de companhias brasileiras para o ano de 2007. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, 2011.

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BENEDICTO, Gideon Carvalho de; PADOZE, Clovis Luís. **Análise das demonstrações financeiras**. 2. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

CALIXTO, Laura. Análise das Pesquisas com Foco nos Impactos da Adoção do IFRS em Países Europeus. **Revista Contabilidade Vista & Revista**. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v.21, n.1, p. 157-187, jan.mar/2010. Disponível em: <<http://www.face.ufmg.br/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/viewFile/819/pdf46>> Acesso em: 05 jan. 2012.

CALLAO, Susana; FERRER, Cristina; JARNE, José I.; LAÍNEZ, José A. The impact of IFRS on the European Union: Is it related to the accounting tradition of the countries? **Journal of Applied Accounting Research**, Emerald Group Publishing Limited, v.10, n° 1, p. 33-55, 2009.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Instrução sobre normas contábeis**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>> Acesso em 04 jan. 2012.

CPC. **Comitê de Pronunciamentos Contábeis: Pronunciamentos Técnicos**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>> Acesso em: 05 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. **CPC-026**. Disponível em: < [http://www.cpc.org.br/pdf/CPC26\\_R1.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/CPC26_R1.pdf)>. Acesso em 11 jan. 2012.

DELOITTE. **O Brasil na convergência: um guia prático para a adoção do IFRS**. Disponível em: <<http://www.iasplus.com/americas/0902brazilpracticalguide.pdf>> Acesso em: 04 jan. 2012.

ESNST & YOUNG. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IRFS versus Normas Brasileiras**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FERNANDES, Bruno Vinícius Ramos; LIMA, Diogo Henrique Silva de; VIEIRA, Eduardo Tadeu; NIYAMA, Jorge Katsumi. Percepção de docentes de cursos de graduação em Ciências Contábeis sobre a função e atuação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v.7, n.4, p.60-81, out./dez. 2011.

GELBCKE, Ernesto Rubens; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; SANTOS, Ariovaldo dos. **Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades, de acordo com as Normas Internacionais e do CPC**. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

FRANCO, Hilário. **Estrutura, Análise e Interpretação de Balanços**. 15. ed. São Paulo: Atlas. 1992.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto. **Manual de contabilidade das sociedades por ações – Suplemento**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NETO, Arthur Alexandre Hackbarth; STEIN, Carlos Efrain. **Uma abordagem dos testes não paramétricos com utilização do Excel**. Disponível em: <home.furb.br/efrain/matematica/minicurso/artigo\_11\_09\_2003.doc.> Acesso em: 15 fev. 2012.

NETO, João Estevão Barbosa; DIAS, Warley de Oliveira; PINHEIRO, Laura Edith Taboada. Impacto da convergência para as IFRS na análise financeira: um estudo em empresas brasileiras de capital aberto. **Revista Contabilidade Vista & Revista**. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v.20, n.4, p. 131-153, out./dez. 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1989.

SANTOS, João José dos. **IFRS: Manual de Contabilidade Internacional**. São Paulo: Lex Editora, 2008.

SILVA, Pedro Cláudio da; WEFFORT, Elionor Farah Jreige; PETERS, Marcos Reinaldo Severino; CIA, Joanília Neide de Sales. Impacto da adoção das IFRS nas empresas brasileiras de Saneamento: a percepção dos profissionais do setor. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v.21, n.2, p.69-94, abr./jun. 2010.

SILVA, Tatiane Moraes da; NAKAO, Sílvia Hiroshi. Divulgação na adoção pela primeira vez de IFRS por empresas européias de setores e sistemas jurídicos diferentes. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v.22, n.2, p.93-124, abr./jun. 2011.